



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ACTA N.º2/2009

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcouthim

Realizada em 24 de Abril de 2009

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas iniciou-se a segunda reunião ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Dr. Abílio Marques Pires. -----

----- De seguida procedeu à chamada, verificando-se a ausência dos Srs. Vogais Dr. José Maria Mateus Cavaco Silva e José Afonso Pereira, da Bancada do Partido Socialista (PS), tendo os mesmos apresentado documentos para justificação da falta, e as quais a mesa justificou. A mesa informou igualmente os presentes que as faltas dos Srs. Vogais Daniel Neves e José Afonso Pereira na Assembleia Municipal, realizada no dia 20 de Fevereiro, encontram-se justificadas e das quais se dará conhecimento à Assembleia de Freguesia de Vaqueiros, referente à falta do Presidente da Junta de Freguesia, nos termos do n.º 1 alínea h) do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- **RENÚNCIA DE MANDATO:** Foi apresentado o pedido de renúncia ao mandato do Vogal Sr. Idalécio Martins Jacob, eleito na Lista do PS, com efeito a partir do dia 24 de Abril, por razões de ordem profissional, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido convocado o membro substituto, Sr. Emídio Marques Colaço, nos termos do n.º 4 do artigo 76.º, que assumirá funções de Vogal, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 79.º do mesmo diploma legal, nesta data, tendo-se procedido à verificação da sua legitimidade, tomando posse imediata nas suas funções. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a Acta da reunião número 1/2009, realizada dia 20 de Fevereiro, cujo texto foi previamente distribuído pelos Srs. Vogais. Posta a Acta à votação, a Assembleia Municipal aprovou-a por maioria, com 2 (duas) abstenções dos Srs. Vogais Dr^a. Custódia André e Daniel Neves, da Bancada do PS, por não se encontrarem presentes na última reunião. ----

----- O Sr. Presidente da Mesa falou da correspondência recebida, mencionando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando da palavra a Vogal Sr^a. Dr^a. Isabel Bernardino, da Bancada do Partido Social Democrata (PSD), para endereçar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e restante equipa pelo facto da Autarquia ter passado o ano com saldo positivo, tendo em conta que o concelho tem poucos recursos financeiros e que mesmo assim a obra é executada, sem esquecer o apoio médico e social aos mais carenciados. ----

----- O Vogal Sr. Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, usou da palavra para mostrar o seu contentamento pelo facto da reunião ordinária da Assembleia se realizar em Alcoutim. De seguida deixou aos presentes uma mensagem sobre as
Sessão de 24 de Abril de 2009

Comemorações do 25 de Abril “... Era bom que todos nós pudéssemos contribuir para um mundo melhor e lembrar-nos que quer queiramos, quer não, poderemos fazer a mudança...”. Finalizou solicitando ao Sr. Presidente da Câmara informação sobre o resultado da inspecção ordinária, ocorrida no final do ano de 2008. -----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer as dúvidas apontadas. Este começou por esclarecer que as Câmaras Municipais são alvo de inspecções ordinárias regulares por parte da Inspeção Geral da Administração Local (IGAL), e que no caso particular da Autarquia de Alcoutim teve a duração de 2 (dois) meses. Informou ainda que a inspecção, apesar de ser rotina da IGAL, deveu-se ao facto de existirem várias denúncias/queixas por parte do PS de Alcoutim, e que se prenderam com a sua vida pessoal, os bens imóveis, falsos licenciamentos, usufruto de máquinas da Edilidade em proveito próprio, construção de habitação em Reserva Ecológica. Finalizou mencionando que após uma investigação aprofundada por parte dos srs. Inspectores da IGAL, as denúncias/queixas não se confirmaram e que irá dar conhecimento à Assembleia Municipal do teor do relatório. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa entrou de imediato no período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** Neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara leu a intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente acta, cujo texto foi previamente distribuído aos Senhores Vogais. -----

----- A Vogal Sr.^a. Dr.^a. Custódia André, da bancada do PS, usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente informação sobre o Decreto-Lei que regula o registo dos recursos hídricos e sobre a existência de programas de combate ao desemprego no concelho, mencionando que é da opinião que os desempregados do concelho

deveriam ser incentivados para desenvolver alguma actividade na Câmara Municipal, uma vez que é o único meio que colmata algumas dessas necessidades. Solicitou igualmente informação sobre a existência ou não do despacho do Sr. Secretário de Estado, referente ao pagamento da presença e/ou deslocações dos membros na Assembleia Intermunicipal do Algarve. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o registo de utilização dos recursos hídricos é regulado pelo Decreto-Lei n.º 226 A/2007, de 31 de Maio. Quanto aos programas de combate ao desemprego referiu que a Autarquia, através do Gabinete de Acção Social, contém uma base de dados alargada referente ao assunto, existindo igualmente conhecimento de todos os programas/candidaturas a nível de carenciados e estágios profissionais, sendo da opinião que essas pessoas poderão ser aproveitadas por entidades particulares, uma vez que também beneficiam desses programas. Em relação às deslocações dos membros da AMAL, mencionou que estas serão pagas pela Câmara Municipal, pois oficialmente ainda não foi emitido nenhum parecer. -----

----- O Presidente da Mesa, Dr. Abílio Pires interveio para mencionar que na última reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal (AMAL), o Presidente do Executivo informou os presentes que se aguarda esclarecimentos do Sr. Secretário de Estado, referente ao enquadramento jurídico desse pagamento. ---

----- **PONTO DOIS – IMPUTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS DESPESAS COM O PESSOAL E DOS ENCARGOS DE ENDIVIDAMENTO:** Foi presente uma proposta n.º 02/CE/09 da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, relativa à imputação aos municípios das despesas com o pessoal e dos encargos de endividamento, a qual se dá por transcrita por todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO TRÊS – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE**

GESTÃO DO ANO DE 2008: Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício de 2008. O Vice-Presidente, Sr. José Carlos Pereira, interveio para realizar uma breve apresentação/explicação do mesmo, mencionando que o relatório de contas foi elaborado de uma maneira bastante perceptível e que a Autarquia passou mais um ano com saldo positivo, num montante de € 1. 068.200,06 (um milhão sessenta e oito mil e duzentos euros e seis cêntimos). Mencionou igualmente que o executivo conseguiu realizar um conjunto de actividades e de obras fundamentais para a melhoria das condições de vida da população, sem hipotecar o futuro da Autarquia e transitar de ano sem dívidas, ou seja, com as contas saldadas a credores até 31 de Dezembro. Finalizou, referindo que a execução orçamental atingiu os 68%, um aumento percentual em relação a 2007 de 15%, onde salientou que o investimento “Per Capita” no ano de 2008 foi de € 1.532,76 (mil quinhentos e trinta e dois euros e setenta e seis cêntimos) e em 2007 de € 906,91 (novecentos e seis euros e noventa e um cêntimos). -----

----- Os Vogais Srs. Dr. Paulo Pina e Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, intervieram para endereçar uma palavra de apreço e de parabéns ao executivo e à Divisão Administrativa e Financeira, nomeadamente à Secção de Contabilidade, pelo trabalho rigoroso e transparente apresentado. O Vogal Anselmo referiu que é da opinião que a Câmara Municipal de Alcoutim deveria recorrer ao crédito, uma vez que existem obras necessárias e prioritárias, como o arranjo das Estradas 124 e 507 (junto ao rio Guadiana). -----

----- O Vice-Presidente interveio para esclarecer que a obra da Estrada Regional (ER) 124 irá ser lançada este ano, contemplando sinalização vertical e horizontal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções dos Srs. Vogais Custódia André, Aníbal Carneira, José Moreira e Ana Cavaco Teixeira, aprovar os documentos em epígrafe. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO QUATRO – II REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DO ANO DE 2009:** Foram presentes os documentos em epígrafe. O Vice-Presidente interveio para esclarecer que a revisão em epígrafe, prende-se com a necessidade de incluir novas rubricas e projectos no Orçamento Ordinário, que não foram considerados nas Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), onde parte do valor servirá para reforçar algumas rubricas das despesas correntes insuficientemente dotadas, e alguns investimentos. -----

----- O Vogal Sr. Francisco Manuel, da Bancada do PS, usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre o arranjo do cais das Laranjeiras e Guerreiros do Rio, bem como a colocação dos Duques D`Alba, pois segundo a sua percepção os mesmos, ficam dentro da zona de domínio público marítimo, e como tal é da opinião que o Instituto Portuário dos Transportes Marítimas (IPTM) é que tem competência para executar a obra. -----

----- O Vice-Presidente interveio para referir que é o IPTM que tem competência para executar a obra, mas o que acontece, é que o mesmo candidatou a obra no último quadro comunitário, que tem o seu término no mês de Junho, e não tem financiamento para a parte não comparticipada e como tal houve uma reunião entre o Sr. Presidente e a referida entidade para encontrar a melhor solução, que passa por ser a Autarquia a avançar com as obras e a pagar a parte não comparticipada. Mencionou ainda, que é uma obra fundamental para Alcoutim porque contribui de sobremaneira para a atracação dos navios/paquetes em segurança. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 (um) voto contra da Vogal Sr^a. Dr^a. Custódia André e uma abstenção do Vogal Sr. Dr. José Moreira, da Bancada da Bancada do PS, aprovar os documentos em epígrafe. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO CINCO – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS/MAPA DE PESSOAL - ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Francisco Amaral, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, com vista à alteração dos mapas de pessoal em vigor desde o dia 01 de Janeiro do presente ano, conforme os pressupostos exigíveis pela Lei. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO SEIS – PROCESSO DE DESAFECTAÇÃO DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, com vista à construção do parque de estacionamento do Rossio. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO SETE – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DE IMT/REQUERENTE: AQUAFUNS, SA:** Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, referente ao assunto em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrada. -----

----- O Vogal Sr. Francisco Manuel, da Bancada do PS, usou da palavra para mencionar que a ampliação das instalações será benéfica para o desenvolvimento do concelho, contudo não corrobora com a isenção de Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) da empresa AQUAFUNS, porque se um particular quiser beneficiar do mesmo, o parecer é negativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 (um) voto contra do Vogal Sr. Francisco Manuel e 2 (duas) abstenções dos Srs. Vogais Ana Cavaco Teixeira e Aníbal Carneira, da Bancada do PS, aprovar a emissão de Certidão de Isenção de IMT à AQUAFUNS SA, nos termos da informação do Gabinete Jurídico. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO OITO – ASSUNTOS DIVERSOS:** Neste ponto não foi apresentado nenhum assunto. -----

----- **Intervenção do Público:** O Sr. Victor Teixeira, residente em Alcoutim, interveio para endereçar os parabéns à Equipa da Associação Inter-Vivos por se terem consagrado campeões do Algarve em Futsal. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, por volta das vinte e três horas, mandando lavrar a presente acta, que depois de lida vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

O Secretário